

Retórica e privação

JOHN SAMUEL¹



O desempenho da economia, a distância cada vez maior entre as metas do desenvolvimento macroeconômico e do desenvolvimento social e a ausência completa de vontade política e agenda econômica para o desenvolvimento social de longo prazo demonstram como a retórica desmente a realidade. O crescimento sem desenvolvimento vai aprofundar a desigualdade e trazer conseqüências sociais e políticas perigosas, que podem solapar a própria essência da liberdade e da democracia.

A economia indiana tem crescido numa média anual de 6,4% desde 1992. A taxa média de crescimento econômico na década de 1990 foi realmente marcante, se comparada com a taxa de 5,8% registrada nos anos de 1980. As autoridades governamentais nunca deixam de vincular o crescimento econômico com a queda aparente da pobreza, de 36,19% em 1993-94 para 26,10% em 1999-2000.²

Tal retórica contradiz a realidade. O número total de pessoas pobres tem crescido substancialmente, assim como as disparidades inter-regionais. Na realidade, 44,2% da população da Índia vive com uma renda de menos de US\$ 1 por dia.³ A Índia está classificada na posição 115 no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,571.

As três causas principais da pobreza e do aumento da desigualdade são a distribuição desigual da terra e dos recursos naturais; a ausência de financiamento adequado para o desenvolvimento social; e o impacto negativo sobre as pessoas pobres da liberalização do ajuste estrutural e do regime comercial dirigido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Cerca de 70% da população indiana depende da terra e da agricultura para sua sobrevivência. Aproximadamente 53,7% não possuem terra ou têm pouquíssima terra. Os grupos tribais, que constituem 8,3% da população, estão presos num círculo vicioso de deslocamentos, pobreza e doenças. Nos últimos 50 anos, cerca de 30 milhões de pessoas foram deslocadas em conseqüência de diversos projetos de desenvolvimento de infra-estrutura. Entre estas, 40% eram indígenas e 25% eram intocáveis.⁴

Tabela 1 - Principais indicadores macroeconômicos

	Taxa de crescimento anual (%)				% do PIB				Per capita			
	PIB	IPI	Agricultura	Cereais alimentícios	IPA	Emprego	Poupança	Investimento	Déficit fiscal	Déficit comercial	Fluxo de capitais	Disponibilidade de alimentos
1990-1991	5,6	8,2	3,8	3,1	12,1	1,44	23,1	26,3	6,6	-3,0	2,7	510,1
1999-2000	-	-	-	-	-	0,04	22,3	23,3	-	-3,8	2,3	466,0
2000-2001	6,0	5,7	-3,5	-4,7	6,6	-	-	-	5,9	-	-	-

Fonte: Levantamento Econômico de 2000-2001, pp. 4, 192 e S-24. IPI= Índice de Produção Industrial. IPA= Índice de Preços por Atacado. Emprego se refere ao setor formal, que recebe a maior parte dos investimentos. Disponibilidade de alimentos per capita está expressa em gramas, na última coluna. O Déficit Fiscal para 2000-2001 foi projetado de acordo com os últimos dados disponíveis.

1 Diretor executivo do National Centre for Advocacy Studies (www.ncasindia.org) e editor de *Infochange News and Features* (www.infochangeindia.org).

2 Levantamento Econômico de 2000-2001, Governo da Índia.

3 Projeto da Política Nacional de Saúde. Ministério da Saúde e Bem-Estar Familiar, Governo da Índia, 2001.

4 Os intocáveis (*dalits*) são o estrato mais baixo no sistema de castas indiano.

A maioria dos/as trabalhadores/as sem-terra são das comunidades indígenas ou de intocáveis, historicamente marginalizadas. Calcula-se que as comunidades indígenas foram despojadas de 915.444,57 acres de terras.⁵ Os agricultores pequenos e marginais, com 78% da terra, plantam somente 32,2% da área cultivada, enquanto os agricultores grandes e médios, com 8,8% das propriedades, utilizam 47% da área cultivada. Na Índia, 91% das pessoas empregadas estão no setor informal e a maioria não tem terra.

Gestão ineficiente

As autoridades fizeram numerosas declarações pomposas sobre o crescimento econômico. No entanto, as despesas públicas com desenvolvimento social têm diminuído constantemente na última década. O investimento em saúde pública é um dos mais baixos do mundo, declinou de 1,3% do PIB em 1990 para 0,9% em 1999. Nos estados, que têm a responsabilidade principal pela saúde pública, os gastos com Saúde diminuíram de 7% para 5,5%. O gasto anual com Saúde per capita é de menos de US\$ 4. O projeto da Política Nacional de Saúde de 2001 do governo indiano admite que:

“a liberalização econômica teve como consequência um declínio percentual dos recursos públicos alocados ao setor da saúde”.

As taxas de mortalidade infantil que se referem a grupos contemplados com dispositivos legislativos especiais, registradas por *Scheduled Tribes* y *Scheduled Castes*,⁶ são de 84,2 e 83 por mil, respectivamente. São muito superiores à média nacional de 70 por mil. Entre aquelas tribos e castas, o percentual de crianças com deficiência de peso é de 55,9% e 53,5%, respectivamente.⁷

Os surtos de doenças contagiosas, como tuberculose, malária e HIV/Aids são muito comuns entre as pessoas pobres. A retirada do governo do setor de Saúde afeta o atendimento primário dessas, especialmente a saúde reprodutiva das mulheres. Na verdade, as taxas de usuários/as propostas para o atendimento primário de saúde vão expulsar as pessoas pobres do Sistema de Saúde Pública e fortalecer ainda mais o atendimento médico privado e sem regulamentação.

Com os governos estaduais reduzindo as alocações orçamentárias para educação primária, 63 milhões de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos estão fora da escola. O Relatório da Comissão Khotari (1964-66) recomendava que 6% do PIB fosse destinado à Educação. No entanto, os gastos públicos com o setor estão em cerca de 3%. As últimas estimativas mostram que seriam necessários US\$ 10 bilhões para oferecer educação primária universal até o ano 2015.⁸

Tabela 2 - Gastos do governo central e dos governos estaduais com Saúde

Anos	Percentual do PIB a preços atuais de mercado
1993-94	1,25
1994-95	1,22
1995-96	1,02
1996-97	0,95
1997-98	1,00
1998-99	1,11
1999-2000	0,90

Fonte: Centro para o Monitoramento da Economia Indiana (CMIE), Finanças Públicas

O Programa de Educação Primária Distrital (DPEP, na sigla em inglês), financiado pelo Banco Mundial, que se estendeu a 240 distritos em 16 estados, não conseguiu ter o impacto desejado. Na década de 1980, o percentual de matrícula nacional cresceu 2,5% ao ano. Esse crescimento caiu para cerca de 0,41% entre 1995 e 1998.⁹ A Emenda nº 93 da Constituição indiana garante o direito fundamental à educação. No entanto, a ausência de alocações orçamentárias e as constantes tentativas de privatizar a Educação estão negando às pessoas pobres esse direito.

Um estudo do Orçamento Central dos últimos três anos mostra que o governo não somente deixou de destinar fundos adequados ao desenvolvimento social. Também não utilizou uma grande parcela dessa alocação. Por exemplo, o Ministério de Desenvolvimento de Recursos Humanos devolveu US\$ 340 milhões porque não tinha conseguido gastá-los. O Ministério de Desenvolvimento Rural devolveu US\$ 293,5 milhões dos US\$ 6,8 bilhões designados. O Departamento de Saúde e Bem-Estar Familiar devolveu US\$ 235,5 milhões.

Segundo o último Levantamento Econômico (2001), 91% da Índia rural não possui saneamento. Dos US\$ 71,5 milhões alocados para o saneamento rural por um período de três anos, o governo deixou de utilizar US\$ 10,8 milhões.¹⁰ A ausência de compromisso orçamentário e o fracasso na implementação de programas de desenvolvimento social expõem como mera retórica a política de *crescimento com desenvolvimento*.

5 Land for Life 2001. National Centre for Advanced Studies, Pune.

6 *Scheduled Tribes* refere-se aos povos indígenas e *Scheduled Castes* aos intocáveis (ver nota de rodapé 4).

7 Projeto da Política Nacional de Saúde. Ministério da Saúde e Bem-Estar Familiar, Nova Délhi, 2001.

8 Documentos da Aliança Nacional pelo Direito Fundamental à Educação, 2001.

9 Yash Aggarwal. "Monitoring and Evaluation under DPEP". NIEPA: Nova Délhi, 2000.

10 "Budget of Poverty and Poverty of Budget". *The Hindu* de 23 de março de 2001.

Desastres naturais e econômicos

No período 2000-2001, houve reduções substanciais no crescimento da produção industrial; no desenvolvimento de infraestrutura; na participação da Índia no comércio internacional; nas taxas de poupança e investimento; e nos fluxos de investimentos estrangeiros diretos (FDI, na sigla em inglês). A taxa de crescimento da produção industrial declinou de 6,45% para 5,7%, enquanto as entradas de investimento estrangeiro direto vêm diminuindo desde 1997. Em 1998, as entradas de FDI declinaram de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 2,1 bilhões. No mesmo período, a participação da Índia no comércio mundial declinava de 0,76% para 0,38% e 0,25%.¹¹ O esperado aumento do FDI e o conseqüente incremento do emprego não passaram de falsas esperanças.

O declínio de FDI foi acompanhado pela queda das taxas internas de poupança e investimento. A taxa de poupança (poupança nacional bruta como percentual do PIB) declinou de 25% em 1995-1996 para 19% em 2000-2001. Durante o ano, houve secas graves e grandes calamidades naturais, como o terremoto de Gujarat e as inundações de Orissa.

Esses desastres dificultaram as atividades agrícolas, especialmente para pequenos agricultores e tiveram como conseqüência uma crise no setor agrícola. Assim, a taxa de crescimento projetada pelo Levantamento Econômico para o ano fiscal de 2001-2002 é somente de 4,8% – indicando uma recessão aguda na economia.

Uma meta significativa do Orçamento Central para o ano 2001-2002 foi atingida: o déficit fiscal de 5,1%. No entanto, este déficit combinado dos estados e do governo central está em cerca de 10% do PIB. As reservas de divisas aumentaram de US\$ 5,8 bilhões em 1990-1991 para US\$ 41 bilhões em 2001-2002. Porém, a dívida do país cresceu em US\$ 15 bilhões e as entradas de capitais estrangeiros (que é o passivo de um país) foram de US\$ 40 bilhões. A dívida pública chega a US\$ 100 bilhões e uma parte significativa do orçamento destina-se ao serviço da dívida.

O Orçamento Central para 2000-2001 foi anunciado como “reformas de segunda geração”, para acelerar o processo de liberalização e o crescimento econômico. Entretanto, o desempenho da economia e a completa ausência de vontade política e de agenda econômica para o desenvolvimento social de longo prazo mostram como a retórica desmente a realidade.

Apesar das promessas, a criação de emprego no setor formal – que recebeu grandes investimentos na última década – está completamente estagnada. Desde que foram suspensas as restrições quantitativas em 1º de abril de 2001, o mercado tem sido inundado por produtos chineses baratos, que podem afetar negativamente o setor da pequena produção. Este dispositivo do regime comercial liderado pela OMC (Organização Mundial do Comércio) expõe a riscos sem precedentes os meios de sobrevivência de centenas de milhões de pessoas nos setores agrícolas e de produção em pequena escala.

Tem havido *feminização da pobreza*. Cerca de 85,4% das trabalhadoras estão no setor agrícola. A crise do setor afeta negativamente os meios de sobrevivência e a segurança alimentar das pessoas pobres nas áreas rurais e, especialmente, das mulheres. No período entre 1993-1994 e 1999-2000, aumentou a taxa de desemprego total. Houve ainda um forte aumento do número de mortes por pobreza e desnutrição.

A taxa de crescimento do PIB dá uma idéia falsa de crescimento e desenvolvimento. O PIB para 2000-2001 está estimado em US\$ 419,6 bilhões. As despesas totais do governo central para o ano de 2000-2001 estão estimadas em US\$ 79,8 bilhões. Apesar da enorme despesa, o valor real dos gastos com desenvolvimento social é insignificante, se comparado com os gastos com defesa e com o aparato governamental. Houve queda nas alocações orçamentárias em algumas áreas-chave do desenvolvimento social. Em 2001, houve um déficit de US\$ 127,6 milhões nos serviços sociais, US\$ 212,7 milhões no desenvolvimento rural e US\$ 144,6 milhões na agricultura.

Após dez anos de liberalização, devemos fazer questionamentos críticos sobre a distância cada vez maior entre a meta do desenvolvimento macroeconômico e do desenvolvimento social. Por que a economia que “cresce mais rápido” é tão lenta para chegar às milhões de pessoas empobrecidas em remotas aldeias e nas congestionadas favelas urbanas?

Se houver crescimento econômico sem desenvolvimento social no plano comunitário, não somente a desigualdade aumentará, como também criará paranóia socioeconômica e instabilidade sociopolítica. O crescimento sem desenvolvimento terá conseqüências sociopolíticas perigosas que poderão solapar a própria essência da liberdade e democracia. ■

Centre for Youth & Social Development
(Centro para Juventude e o Desenvolvimento Social)
<cysdbbsr@sancharnet.in>
www.cysd.org

11 World Investment Report 2000.